



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-5 – Política e Economia da Informação

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO (1892-1968)

UNIVERSITY LIBRARIES AND THE BRAZILIAN HIGHER EDUCATION (1892-1968)

Carolina Carvalho Rodrigues – Universidade Federal Fluminense
Elisabete Gonçalves de Souza – Universidade Federal Fluminense.

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Contextualiza a institucionalização das universidades no Brasil demonstrando a contribuição dos modelos alemão, estadunidense e francês para o ensino superior consolidado no país. Busca identificar menções as bibliotecas e bibliotecários nas políticas públicas federais desse nível de ensino, publicadas entre 1892 e 1968, na perspectiva de correlacionar com o desenvolvimento dessas unidades de informação.

Palavras-Chave: Bibliotecas universitárias; Ensino superior no Brasil; Política pública (1892-1968).

Abstract: This study contextualizes the institutionalization of universities in Brazil, demonstrating the contribution of the german, US and french models to the Brazilian higher education. It seeks to identify mentions of libraries and librarians in the federal public policies of this level of education, published between 1892 and 1968, in order to correlate with the development of these information units.

Keywords: University libraries; Higher education in Brazil; Public Policy (1892-1968)

1 INTRODUÇÃO

Considerando as bibliotecas universitárias (BUs) como organismos indissociáveis das “[...] políticas econômicas e da estrutura de poder do sistema social mais amplo” (MATTOS, 2001, p.100), é necessário conhecer a macroestrutura social à qual essas unidades de informação estavam submetidas para compreender sua constituição.

Para Ferreira (1976, p.9), “a biblioteca universitária é a que serve aos estabelecimentos de ensino superior, destinada aos professores e aos alunos [...]”. Tal definição coaduna com a percepção de Lima (1977, p.850), para quem até a década de 1970 essas unidades de informação tinham caráter passivo, “[...] à espera de uma percentagem reduzida de clientes que as procuram para satisfazer obrigações escolares”. Assim, compreender a constituição dessas unidades de informação e o espaço dado a elas no âmbito da organização universitária perpassa pelo conhecimento do modelo de ensino superior estabelecido no Brasil, tal como apontado por Milanesi (1995, p.72) ao dizer que a “[...] medida de qualidade de uma instituição de ensino superior é a excelência de sua biblioteca”.

Este resumo expandido tem como objetivo divulgar percursos da pesquisa em andamento¹, acerca da relação das bibliotecas universitárias (BUs) brasileiras e sua institucionalização a partir das políticas públicas que regeram o nível superior até 1968. Para tanto, contextualizaremos a institucionalização da universidade no Brasil, em relação ao aspecto político-pedagógico, e identificaremos a presença (ou ausência) das bibliotecas em seis marcos regulatórios do ensino superior brasileiro.

Em termos metodológicos a abordagem da investigação é do tipo exploratória, pautada em revisão de literatura e pesquisa documental, tendo sido levantadas referências de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Educação e Filosofia. Para além, consoante menções de Cunha (2001) e Santos (2012), foram examinados cinco Decretos e uma Lei, publicados entre 1892 e 1968, acerca da regulação da educação de terceiro grau no Brasil.

Nessa fase da pesquisa partiu-se do seguinte pressuposto: o modelo de universidade pública implantado no Brasil teve como preocupação predominante a formação de mão de obra (CHAUÍ, 2001), o que impactou negativamente na organização das bibliotecas.

¹ A pesquisa em desenvolvimento tem como objeto de estudo o acervo das BUs, especificamente no recorte temporal de 1964 a 1985, correspondente à Ditadura Civil-Militar brasileira.

2 O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Devido à transferência da sede do poder metropolitano português para o Brasil, em 1808, surgiu a necessidade de refundar o ensino superior até então existente na colônia. Assim, foram criadas pelo príncipe regente “[...] cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais [...]” (CUNHA, 2000, p. 153) que se assemelhavam ao modelo das “Grandes Escolas” francesas (PROTA, 1987) devido aos cursos de caráter introdutório e com aulas em tempo parcial (TEIXEIRA, 1989).

A busca pelo ensino de caráter universitário em terras brasileiras foi explicitada, para além das propostas levadas ao governo, no início do século XX com a constituição da Universidade de Manaus (1909), da Universidade de São Paulo (1911) e da Universidade do Paraná (1912). (CUNHA, 2001). Entretanto, é considerada a primeira do país a Universidade do Rio de Janeiro, dado que não cessou suas atividades desde 1920, criada a partir do agrupamento das Escolas Profissionais superiores preexistentes na cidade do Rio de Janeiro sob o regime de universidade, conforme a Lei Carlos Maximiliano, de 18 de março de 1915.

Deste modo, a criação das primeiras universidades brasileiras conservou o caráter de confederação de Escolas Profissionais, o que ratificava as discussões sobre a reforma do ensino superior, em busca do desenvolvimento da pesquisa no âmbito dessas instituições.

Após a promulgação do Estatuto da universidade brasileira (Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931) e a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (em março de 1932) foram instituídas duas universidades imbuídas do modelo universitário alemão: a nova Universidade de São Paulo (USP), em 1934, de nível estadual, e a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, de nível federal, idealizada por Anísio Teixeira. Esta foi fechada em 1939 e seus cursos incorporados à Universidade do Rio de Janeiro, que foi reestruturada no estilo da instituição paulista e renomeada para Universidade do Brasil, de modo a figurar como o protótipo de padronização do ensino superior. (PROTA, 1987; OLIVEN, 2005).

Porém, consoante as análises de Prota (1987) e Teixeira (1989), este modelo de universidade teve dificuldade para vigorar no país, principalmente a partir da década de 1940, quando o ensino de terceiro grau passou por grande processo de expansão, sem respaldo em planejamentos e/ou atos legais, agravando os problemas causados pela tradição das escolas profissionais.

Para superar o arquétipo utilitarista, marca das faculdades de ensino superior até então, em conformidade à análise de Mendonça (2003) com base nos textos do educador

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

Anísio Teixeira, reclamava-se uma instituição universitária que oferecesse ensino de formação básica² (ciclo básico), tivesse preocupações com a realidade prática, desenvolvesse pesquisa e também uma ligação com a indústria. Outras demandas, voltadas à religiosidade, conforme investigação de Oliven (2005), são identificadas na implementação de universidades católicas.

As discussões acerca do projeto de educação superior brasileira continuaram a reivindicar uma reforma universitária, que foi promulgada em 1968, durante o governo militar, expressa na Lei 5.540/68. A Reforma expandiu para todas as universidades algumas das inovações da Universidade de Brasília (UnB), criada em 1961 atrelada à educação pública, conforme o modelo francês, de forte aderência às questões científicas, cunhada à imagem do modelo alemão, e da organização administrativa pautada nos parâmetros estadunidenses.

Esses três, segundo Teixeira (1989), são os principais modelos de universidade a influenciarem o projeto de ensino superior brasileiro: o ensino de terceiro grau francês, que tem como exemplo as “Grandes Escolas” e a ênfase na educação pública; o modelo anglo-saxônico, cuja principal característica, no viés estadunidense, é a racionalidade administrativa (criação de departamentos e agrupamento de recursos); e a moderna universidade alemã, voltada à pesquisa em ciência pura.

Infere-se que o ensino superior no Brasil, conforme (TEIXEIRA, 1989, doc. não paginado) se revezou entre a ideia de “[...] formação profissional das primeiras escolas do Império e a da universidade como consolidadora da cultura nacional, manifesta na década de 30 e depois na Universidade de Brasília em 1960 [...]”, porém, mesmo após a reforma de 1968 os conglomerados de faculdades e a ênfase utilitarista se mantiveram nesse grau de ensino. Para além, a qualidade da pós-graduação nas universidades públicas era diferenciada em relação ao ensino de graduação, que, para Chauí (2001) era precarizado³.

² Conforme o Decreto-Lei 464/69 artigo 5º, formação básica diz respeito a “[...] um primeiro ciclo, comum [de disciplinas] a grupos de cursos afins”.

³ “Na reforma, departamentalização [...] Consistiu em reunir num mesmo departamento todas as disciplinas afins, de modo a oferecer cursos num mesmo espaço (uma única sala de aula), com o menor gasto material (desde o giz e o apagador até mesas e carteiras) e sem aumentar o número de professores (um mesmo professor devendo ministrar um mesmo curso para maior número de alunos)” (CHAUÍ, 2001, p.48).

2.1 A constituição das bibliotecas universitárias face às políticas públicas federais

Aliada a reflexão histórico-pedagógica, fez-se necessária a aproximação com as políticas públicas federais a fim de identificar regulações para a constituição das BUs. Para tanto, foram consultados cinco Decretos e uma Lei, que abrangem o período de 1892-1968. O quadro abaixo expõe os resultados obtidos:

Quadro 1: Regulação do ensino superior brasileiro e as bibliotecas (1892-1968)

Legislação	Menção às bibliotecas e bibliotecários (Art.)
Decreto nº 1.159, de 3 de dezembro de 1892 (Código das Instituições de Ensino Superior dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores)	Art. 4º; Art. 121º; Art. 122º; Art. 123º Art. 124º; Art. 131º; Art. 137º; Art. 144º; Art. 145º; Art. 146º; Art. 147º; Art. 148º; Art. 149º; Art. 150º; Art. 151º; Art. 152º; Art. 153º; Art. 154º; Art. 155º; Art. 156º; Art. 157º; Art. 158º; Art. 159º; Art. 160º; Art. 161º; Art. 162; Art. 163º; Art. 164º; Art. 165º; Art. 263º; Art. 302º; Art 303º.
Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911 (Lei Rivadávia Corrêa).	Art. 7º; Art. 29º; Art. 94º; Art. 102º; Art. 104º; Art. 136º.
Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 (Lei Carlos Maximiliano)	Art. 9º; Art. 128º.
Decreto 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925 (Lei Rocha Vaz)	Art. 9º; Art. 38º; Art. 301º.
Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 (Estatuto da Universidade Brasileira)	Não há menção.
Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (Lei da Reforma Universitária)	Não há menção.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No Decreto de 1892, dentre os trinta e dois artigos destacados, encontram-se orientações acerca da regulação dos serviços da biblioteca; da constituição do setor; do provimento obrigatório de um bibliotecário e um sub-bibliotecário no quadro de funcionários de cada instituição de ensino superior (IES), os pré-requisitos e as atribuições de tais cargos; do extravio de material, além de estipular os vencimentos e as promessas para a posse do bibliotecário. Consta especificamente um capítulo sobre a biblioteca (Capítulo VII), compreendendo do Art. 145º ao Art. 165º (BRASIL, 1892).

No Decreto de 1911, os artigos que fazem menção à biblioteca ou aos bibliotecários se reduzem a seis, versando sobre a constituição do patrimônio institucional, o provimento obrigatório dos cargos de bibliotecário e sub-bibliotecário, as atribuições destes profissionais e da existência de taxa na biblioteca (BRASIL, 1911).

No Decreto de 1915, os dois artigos referem-se à biblioteca como patrimônio institucional e ao provimento obrigatório do cargo de bibliotecário, desaparecendo com a figura do sub-bibliotecário (BRASIL, 1915). Observa-se que, no mesmo ano, foi formada a

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

primeira turma do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (BN), possibilitando a formação nacional dos profissionais.

Por fim, no Decreto de 1925, dois artigos estão fora do escopo pretendido. O Art. 38º reitera as bibliotecas como patrimônio dos Institutos de Ensino Secundário e Superior e, em tabela anexa, encontram-se os vencimentos dos cargos de bibliotecário, ajudante de bibliotecário e sub-bibliotecário, sendo o último extinto quando houvesse vacância, explicando assim a ausência no Decreto de 1915. (BRASIL, 1925).

A partir de 1929, o ideário pragmático estadunidense passou a ser difundido na área de Biblioteconomia. Um dos reflexos práticos desse viés foi a busca pela centralização das bibliotecas, ocorrida, segundo Santos (2012), a partir da década de 1940: a Biblioteca Central da USP em 1947, a Biblioteca da Universidade de Recife em 1953 e a Biblioteca da Universidade Federal da Bahia em 1960. A diferença temporal entre os exemplos mencionados pode ser reflexo do lugar das BUs nas instituições à qual são submetidas, já que com a ausência das bibliotecas nas políticas públicas de terceiro grau promulgadas a partir da década de 1930, pressupõe-se que essas unidades de informação deixaram de ser obrigatórias até 1963, quando se tornaram pré-requisito para abertura de cursos de ensino superior com a Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) (CUNHA; DIÓGENES, 2016),

Ainda que, em meados da mesma década, a Lei da Reforma (1968) não mencionasse diretamente as unidades de informação, os relatórios posteriores sobre este nível de ensino, a obrigatoriedade delas e as próprias demandas da área iam ao encontro dos parâmetros de racionalização administrativa estadunidense, na imagem da biblioteca central agrupando recursos e serviços em detrimento das bibliotecas setoriais. Ferreira (1976) observa, porém, que há dois modelos de centralização: o parcial, no tocante aos serviços de aquisição e processamento técnico, e o total, pelo agrupamento do acervo em único prédio.

Aliada às questões supracitadas e à regulamentação do exercício profissional, a partir da década de 1970 os profissionais organizaram-se em comissões, associações e em eventos (CUNHA; DIÓGENES, 2016; SANTOS, 2012): a) em 1972, formou-se a Comissão Nacional de Diretores das Bibliotecas Centrais Brasileiras; b) em 1973 a CNBU alterou sua denominação para Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias; c) em 1974, com apoio do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras, foi realizado o Seminário para Estudo dos Problemas de Administração e Funcionamento de Bibliotecas Universitárias; d) em 1978, é criada a Comissão de Bibliotecas Universitárias, ligada à Federação Brasileira de Associações

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

de Bibliotecários; e e) também em 1978, o I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) é realizado na Universidade Federal Fluminense.

O SNBU constituiu-se com ênfase na solicitação de uma instância direta entre o Ministério da Educação (MEC) e as bibliotecas universitárias, a fim da elaboração de políticas públicas voltadas à essas unidades de informação, visto que problemas referentes ao quadro de funcionários, ao desenvolvimento de coleções e ao serviço de referência persistiam.

Constata-se assim que, ao longo da consolidação do ensino superior no Brasil durante o século XX, as bibliotecas e os profissionais por elas responsáveis foram apagados do texto legislativo, o que pode ter interferido em seu desenvolvimento.

3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste primeiro momento, o apagamento das bibliotecas nas políticas públicas federais de ensino superior geraram questionamentos ao contrário de considerações fechadas. Afinal, no período em que o ensino superior se restringia às faculdades de caráter profissionalizante, essas unidades de informação e os profissionais responsáveis por elas apareciam nos marcos regulatórios.

As discussões acerca do projeto de universidade brasileira se desenvolveram e a figura da biblioteca não acompanhou, diminuindo de menção a cada nova legislação até desvanecer em 1931. Quando se tornaram obrigatórias em 1963, as bibliotecas universitárias tendiam à racionalização administrativa característica da reforma de fins da década, pois a centralização dos serviços bibliotecários data da década de 1940.

Por fim, verificamos a busca dos profissionais por bibliotecas ressignificadas em meio à constituição recente das universidades brasileiras (início do século XX) a partir da constituição de espaços de articulação, principalmente em busca de um retorno às políticas públicas, tendo em vista os Decretos de 1892, 1911, 1915 e 1925.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Lei nº 464 de 11 de fevereiro de 1969**. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Brasília: [S.n.], 1969.

BRASIL. **Decreto nº 1.159, de 3 de dezembro de 1892**. Approva o código das disposições comuns às instituições de ensino superior dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil, 1892.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

BRASIL. **Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911.** Aprova a lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1911.

BRASIL. **Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915.** Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1911.

BRASIL. **Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925.** Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias. Rio de Janeiro: [S.n.], 1925.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto [...]. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 1931.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1968.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. *In*: VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **500 anos de Educação no Brasil.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set. 2016.

FERREIRA, Lusimar Silva. **Centralização e descentralização das bibliotecas universitárias brasileiras.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 1976.

LIMA, Etelvina. A biblioteca no ensino superior. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 5, n. 2, p. 847-861, jul./dez. 1977.

MATTOS, Suzete Moeda. **O desejo de saber.** Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. Universidade, ciência e cultura no pensamento de Anísio Teixeira. **Alceu**, [Rio de Janeiro], v. 4, n. 7, p. 150-163, jul/dez. 2003. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu-n7-Mendonca.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2019.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca.** 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

OLIVEN, Arabela Campos. A marca de origem: comparando colleges norte-americanos e faculdades brasileiras. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 25, p. 111-135, maio/ago. 2005.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/438>. Acesso em: 25 set. 2019.

PROTA, Leonardo. **Um novo modelo de universidade**. São Paulo: Editora Convívio, 1987.

SANTOS, Marivaldina Bulcão dos. Biblioteca universitária: acesso à informação e conhecimento. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. Disponível em: http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/livros/chama_sumario.htm. Acesso em: 25 jan. 2019.